



Instituto de Estudos Avançados – IEA/USP
Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Políticas Públicas de
Saúde Mental

Evento: Seminário nacional GIPPSAM: A afirmação e a garantia de direitos a partir de experiências nos territórios

Data: 26 de junho de 2026

Horário: 14h às 17h30

Formato: Seminário presencial aberto ao público e com transmissão online

Local: Auditório do IEA/USP

Ementa

Apresentação

Após anos de retrocessos e tentativas de desmonte da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas alinhada aos princípios da reforma psiquiátrica, o ano de 2023, com a eleição de um governo democrático, marca a retomada desta e de outras políticas sociais que afirmam a dignidade humana e se orientam para a construção de percursos de direitos e de emancipação social. Este ano é tempo de iniciar a reconstrução do que havia sido conquistado no âmbito das políticas públicas, mas também de indicar avanços necessários. Não apenas porque avanços sempre foram necessários tendo em vista os enormes desafios colocados por um projeto de sociedade que afirma a cidadania e a liberdade das pessoas com problemas de saúde mental e problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, mas também porque nós - a sociedade - não somos mais os mesmos de quando o curso de tal política foi interrompido. As discussões sobre a agenda de direitos, sobre a força do que é construído nos níveis locais e sobre a necessidade de participação social em todos os níveis ganham novos contornos, que precisam estar expressos nas políticas públicas.

Inegáveis avanços foram produzidos na implementação da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas alinhada aos princípios e perspectiva da reforma psiquiátrica antimanicomial. Tendo como eixo central a afirmação e a garantia de direitos de cidadania de pessoas com problemas de saúde mental e problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, os caminhos de transformação de um modelo de atenção em saúde mental, com a negação de instituições do tipo asilares e afirmação do cuidado em liberdade e nos territórios, foi construído. Isso envolveu e envolve o fechamento de instituições asilares, a implementação de uma rede de serviços comunitários e territoriais, a invenção de novas práticas de cuidado e de novos saberes, para citar alguns. Além disso, é valor constitutivo desse processo a presença e a participação protagonista de pessoas usuárias de serviços de saúde mental. Mas, ainda, a reforma psiquiátrica deixou evidente que a garantia de direitos, incluindo o direito à liberdade, se efetiva nos espaços da vida comum, nos locais em que as pessoas vivem e circulam, nas relações sociais e culturais. Dito de outra maneira, a construção de percursos de direitos se faz nos territórios de vida e com participação social.

Nessa perspectiva é preciso ampliar a escuta para aquilo que se passa nos contextos locais, para aquilo que as redes, serviços e práticas em saúde mental entendem como desafios para garantir direitos. É no cotidiano dos territórios que trocas sociais acontecem e que projetos são inventados e sustentados para garantir direitos. E é também com o que emerge das práticas e com o que os contextos locais inventam e sustentam para construir caminhos de cuidado e de direitos que, entendemos aqui, as pesquisas precisam dialogar.

Justificativa

Como assinalado em resolução de 2020 pelo Relator Especial da ONU para o direito ao mais alto padrão de saúde física e mental, é importante no campo da saúde mental rever a relação com o que se define como evidências no sentido de nos movermos da perspectiva de “*práticas baseadas em evidências*” para a de “*evidências baseadas em práticas*”. Nessa linha, são as práticas que promovem e garantem os direitos que produzem evidências, que por sua vez mostram os rumos a seguir.

Considerando essas reflexões e a posição de que pesquisas precisam ser comprometidas com a construção de políticas públicas promotoras de direitos, o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Políticas Públicas de Saúde Mental (GPIPPSAM) indaga: *O que os serviços comunitários e territoriais da RAPS têm construído hoje enquanto caminhos de afirmação e garantia de direitos no cotidiano das redes, serviços e práticas de saúde mental para garantir uma vida digna para as pessoas? O que os territórios revelam como evidências do que promove direitos? O que os mecanismos de participação social indicam como necessidade de avanços na construção de direitos?*

Assim, considerando os desafios colocados e reconhecendo a necessidade de escutar práticas que vêm sendo inventadas e sustentadas no cotidiano dos territórios para afirmar direitos, este seminário do GPIPPSAM tem como objetivo produzir diálogos com experiências territoriais e de participação política que vêm indicando caminhos para garantir direitos.

Na perspectiva de democratizar os diálogos, o seminário do GPIPPSAM será aberto e transmitido pelo IEA/USP para todas as pessoas interessadas.

Detalhamento das atividades

O seminário terá o formato de roda de diálogos entre as experiências práticas e territoriais de percursos de direitos produzidos em redes, serviços e mecanismos de participação social, e os projetos de pesquisa de pesquisadores do GPIPPSAM. Especificamente, neste seminário, trabalharemos três temas a partir da afirmação de direitos que precisam ser defendidos, promovidos e garantidos em saúde mental.

Para cada um dos temas serão convidados um ou mais atores de experiências práticas e territoriais de construção de percursos de direitos produzidos em redes, serviços e mecanismos de participação social para expor os caminhos que vêm sendo construídos. Na perspectiva do diálogo e aprendizado conjunto, em cada um dos temas contaremos com a apresentação de pesquisas concluídas e/ou em curso relacionadas ao respectivo tema.

Na primeira roda de conversa, iremos dialogar sobre o tema ***Direito à equidade: experiências de enfrentamento do racismo***, por meio de uma experiência territorial

desenvolvida em serviços da RAPS da Brasilândia/FO, o Kilombrasa, e as evidências produzidas em diálogo com esse contexto.

Na segunda, o tema ***Direito ao trabalho solidário: experiências de trabalho e renda***, contará com a trajetória do Orgânicos no Ponto, empreendimento incubado pelo Ponto Ecosol Butantã - equipamento da RAPS - e a proposta de um programa de Pontinhos Ecosol produzida pela articulação da sociedade civil organizada, em interlocução com a Universidade.

Na terceira e última, a expectativa é de colocar em discussão para reflexões em pesquisas futuras o tema do ***Direito à moradia digna: experiências de habitar a cidade***, com foco na população com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas. Para tanto, serão apresentados dados e experiências diversas de moradia em um diálogo com as discussões realizadas no âmbito do Conselho Municipal de Políticas Públicas de Álcool e Drogas do Município de São Paulo.

Programação

Data: 26/06/2023

Formato: Presencial com transmissão pelo canal do IEA/USP

14h00: Abertura

Prof. Dra Sônia Barros - Diretora do Departamento de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas e Coordenadora do GPIPPSAM

14h15 - 15h15: Roda de conversa ***Direito à equidade: experiências de enfrentamento do racismo***

Convidado: Estefânia Ventura – Kilombrasa

Pesquisador GPIPPSAM: Luciene Regio

15h15 - 16h15: Roda de conversa ***Direito ao trabalho solidário: experiências de garantia de trabalho e renda***

Convidado: Risonete – AVA

Pesquisador GPIPPSAM: Carol Ballan

16h15 - 17h15: Roda de conversa ***Direito à moradia digna: experiências de habitar a cidade***

Convidado: Carol Salado - COMUDA

Pesquisador GPIPPSAM: Gabriela Boska

17h15 - 17h30: Encerramento

Prof. Dra Marcia Aparecida Oliveira - Coordenadora do GPIPPSAM